

# **DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO CDS-PP**

(Proposta apresentada por um grupo de trabalho liderado por António Lobo Xavier)

Setembro 2023

## **LIVRE, DEMOCRÁTICO E SOCIAL - DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO CDS-PP PARA O SÉCULO XXI**

**1. DIRIGIDO AO ESPAÇO POLÍTICO DO CENTRO-DIREITA E DA DIREITA DEMOCRÁTICA, COM UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA CONTRA O TOTALITARISMO** - O CDS-PP é reconhecidamente um partido fundador da democracia portuguesa. As suas credenciais democráticas forjaram-se, desde muito cedo, num combate corajoso contra todas as formas de autoritarismo militar e civil que ameaçaram instalar-se em Portugal, na sequência do processo revolucionário. O CDS-PP foi perseguido e atacado desde a sua fundação, no próprio tempo em que se iniciava a restauração da liberdade política; mas isso apenas fez aumentar o empenho com que participou nos momentos cruciais do estabelecimento e consolidação de Portugal como um País democrático, livre e europeu. Por convicção original, é estruturalmente anti-totalitário e anti-colectivista, é contra as visões ideológicas absolutas e fechadas. Lutou contra todas as tentativas de reduzir o pluralismo político, quaisquer que fossem os ideais justificativos: lutou contra um sistema político tutelado por militares, lutou contra as tentativas totalitárias comunistas e da extrema-esquerda, votou sozinho contra a cristalização constitucional da ideologia socialista.

**2. UMA VOCAÇÃO DE DIÁLOGO E DE TOLERÂNCIA COMO INSTRUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DO PROGRESSO SOCIAL** – O CDS-PP não se limitou a um percurso de resistência ou de trincheira: participou activamente, desde 1978, em governos de coligação com forças políticas diversas, com o propósito de consolidar a democracia e assegurar a sobrevivência e a autonomia financeira de Portugal, bem como para promover o desenvolvimento da economia e a justiça social. O CDS-PP permanece fiel ao diálogo e à tolerância como métodos democráticos privilegiados, e orgulha-se dessa sua vocação de governo, tanto no plano nacional, como nas regiões autónomas e autarquias locais.

**3. O CDS-PP E A CONSTITUIÇÃO** - O CDS-PP votou contra o texto original da Constituição por entender que ele não assegurava suficientemente o pluralismo, limitando de forma inaceitável as opções políticas democráticas. Posteriormente, participou de forma activa nas sucessivas revisões que a transformaram no estatuto de uma democracia liberal moderna, que garante e promove os direitos fundamentais, o primado do direito, a liberdade e a justiça. Ainda que a Constituição mantenha, especialmente no seu Preâmbulo, expressões e manifestações programáticas historicamente ultrapassadas, ou mesmo erradas e excessivas, o CDS-PP aceita-a como expressão directa do voto e da democracia, e não como um obstáculo ou um embaraço, sem abdicar do seu direito de propor novas revisões constitucionais. O CDS-PP aceita as ideologias alheias e os diferentes partidos, na estrita medida em que mostrem respeitar os princípios e regras constitucionais: são rivais legítimos, com os quais admite cooperar em matérias de interesse nacional ou geral.

#### **4. O CDS-PP NA PRIMEIRA LINHA DA DEFESA DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E DO ESTADO DE DIREITO - O**

CDS-PP defende intransigentemente as liberdades de expressão e de associação, bem como todas as instituições da democracia e do Estado de direito, características da ordem política ocidental em que se filia. O combate político para a defesa desta ordem tornou-se hoje particularmente exigente: no plano internacional, o CDS-PP é contra as novas doutrinas e práticas imperialistas, que procuram impor ao mundo uma ordem não democrática e iliberal; na frente interna, o CDS-PP encontra-se do lado oposto aos que atacam o prestígio das instituições constitucionais, como o parlamento, os tribunais, a lei, os direitos e garantias fundamentais, as Forças de Segurança e as Forças Armadas.

#### **5. OS VALORES DA DEMOCRACIA CRISTÃ NUMA PERSPECTIVA NÃO CONFSSIONAL, DIRIGIDA A TODOS - O**

CDS-PP é inspirado fundamentalmente pelos valores dos partidos democratas cristãos do pós-guerra, a quem a Europa deve décadas de paz, de prosperidade, de justiça, de liberdade, de respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana. Para o CDS-PP, esses valores são indubitavelmente cristãos, mas foram sempre encarados, através da sua actividade política, numa perspectiva não confessional e inclusiva. Sendo naturalmente um conceito da democracia cristã, a dignidade da pessoa humana dispõe, por definição, de uma vocação universal e agregadora, e é incompatível com uma linguagem social e política de cruzada; a sua defesa é independente da condição dos homens concretos, no sentido de que a sua intensidade não varia por se tratarem de imigrantes ou nacionais, de trabalhadores ou empresários, de homens ou mulheres, de jovens ou de idosos.

**6. O CDS-PP É CONTRA TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO** - O CDS-PP foi sempre, ao longo da sua história, um refúgio de moderação e de tolerância, e as suas ideias dirigem-se a todos, sem distinções baseadas na origem, no credo ou nas orientações pessoais. É adversário da linguagem agressiva, violenta ou de exclusão, do discurso que fomenta o ódio e espalha a mentira e a falta de rigor no combate político. O CDS-PP rejeita, por isso, todos os populismos, sejam eles de esquerda ou de direita, de feição marcadamente doméstica ou de inspiração internacionalizada, enquanto instrumentos de ataque à democracia, de manipulação política, de radicalização e de excessiva conflitualidade. Na sua defesa activa do povo português e das suas condições de vida, o CDS-PP recusa em absoluto as perspectivas classistas, isolacionistas ou *autárquicas*. O povo, segundo o seu conceito, é definido por uma comunhão de valores sociais e políticos democráticos, e não através de conceitos de conflito moral: o povo não se opõe a classes, às elites, aos estrangeiros ou aos políticos, nem tão pouco às empresas, aos empresários ou aos funcionários públicos.

**7. O CDS-PP A FAVOR DA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS** - O CDS-PP é contra a discriminação das Mulheres, rejeitando de forma intransigente a violência e o preconceito. Para o CDS-PP, a igualdade de oportunidades e de remunerações entre Mulheres e Homens exige ainda um caminho de transformação de mentalidade e atitudes, que é inadiável em nome da justiça e da dignidade, e que também é condição para um mundo melhor.

**8. UMA TRADIÇÃO DE ABERTURA E DE ACOLHIMENTO, UM PRAGMATISMO HISTÓRICO FUNDADO EM VALORES FUNDAMENTAIS** - Tendo uma matriz filiada na democracia cristã europeia, o CDS-PP não acredita em mudanças bruscas ou radicais, nem tão pouco nas utopias políticas e sociais responsáveis pelas tragédias europeias do século XX. Por não se basear numa rigidez dogmática, acolheu, ao longo de décadas, o apoio e a adesão de liberais e de conservadores democráticos: aos primeiros ofereceu um partido sem hesitações na defesa da sociedade aberta e da liberdade económica, promotor do direito de escolha nos domínios fundamentais da vida em sociedade, como o ensino e a saúde; aos segundos, garantiu a defesa dos valores tradicionais, sem transigir com extremos nacionalistas ou caudilhistas.

**9. CUIDAR DA NATUREZA, RESPEITAR O PLANETA E AS GERAÇÕES FUTURAS** - O CDS-PP entende que a actividade política deve assumir como um dos seus principais deveres cuidar da ecologia, para garantir que as gerações futuras encontrarão um mundo onde a vida humana sustentável continua possível, restaurando os equilíbrios climáticos, protegendo a agricultura e o mundo rural, promovendo a biodiversidade, garantindo o acesso à água, cooperando internacionalmente para a definição de metas claras de transformação da economia ao serviço da dignidade humana. Esse futuro sustentável assenta nos desenvolvimentos da ciência, da tecnologia e de novos modelos económicos de desenvolvimento, mas exige também uma alteração profunda dos comportamentos individuais e colectivos, sem colocar a Humanidade num patamar secundário.

**10. AS PESSOAS ANTES DO ESTADO** - Para o CDS-PP, as pessoas estão antes do Estado e das ideologias e, por isso mesmo, a dignidade da pessoa humana reclama da política um pragmatismo histórico norteado por valores claros. Em certos momentos da sua existência, esses valores exigiram do CDS uma oposição feroz contra o totalitarismo e o colectivismo, a favor da liberdade e da sociedade civil; hoje exigem de modo prioritário um compromisso com a preservação da Natureza, com a condição das pessoas e o seu modo de vida - aquilo que se designa por “modo de vida europeu - , com a justiça social, com a reforma do Estado, com a dignidade da política, com o aperfeiçoamento institucional da Europa e com a Paz. Em qualquer caso, os valores são os mesmos, embora sempre adaptados às circunstâncias históricas e às necessidades concretas dos portugueses.

**11. A SUBSIDIARIEDADE E O PAPEL DAS FAMÍLIAS E DAS ORGANIZAÇÕES AUTÓNOMAS DAS PESSOAS** - Não é o Estado que assegura aos indivíduos, em primeira linha, os sentimentos de confiança, de segurança e de pertença a uma comunidade, e muito menos deve ter o monopólio da formação e da realização pessoal, que suportam a verdadeira liberdade fundada na responsabilidade. Para essa tarefa o CDS-PP conta essencialmente com as pessoas e as suas organizações mais tradicionais ou mais criativas, começando pelas famílias e continuando nas escolas, nos sindicatos, nas empresas e nas organizações empresariais, bem como nas associações de natureza social e cultural. O CDS-PP acredita, em particular, nas famílias como princípio fundamental de socialização humana, porque as reconhece como estruturas fundacionais da sociedade, cujo futuro não pode ser concebido sem a sua vitalidade e energia.

**12. UMA ORDEM SOCIAL FUNDADA NA MOBILIDADE E NA ESPERANÇA** - O CDS-PP entende que é preciso restabelecer uma ordem social caracterizada pela mobilidade, pela capacidade criadora da iniciativa privada e pela esperança no desenvolvimento contínuo associado à igualdade de oportunidades. Os partidos e movimentos populistas alimentam-se justamente da desilusão causada pelo falhanço dos poderes públicos, atingidos pela corrupção, pela mediocridade política, pela incapacidade de colocar em prática estratégias e mudanças que resolvam especialmente os problemas da exclusão social e económica. O CDS-PP defende, por isso, um Estado forte no plano da ordem e da segurança dos cidadãos, fundado na lei, na probidade e autoridade moral dos seus servidores e dirigentes, capaz de restaurar as dinâmicas sociais e económicas de um bem-estar sustentável e progressivamente generalizado.

**13. O CDS-PP DEFENDE A JUSTIÇA SOCIAL À LUZ DO CRISTIANISMO UNIVERSAL** - O CDS-PP sempre acreditou na força criadora e dinamizadora da justiça social, a qual, fundada na doutrina social da Igreja segundo os seus aprofundamentos mais recentes, não dispensa a intervenção do Estado - um Estado ao serviço do Homem, democrático e justo, mas a favor de quem o CDS-PP recusa uma abdicação completa, porque não lhe compete monopolizar toda a energia criativa e solidária de um povo. O CDS-PP nunca acreditou na socialização e na dependência colectiva, mas também não se limita a confiar cegamente nas virtualidades do mercado livre ou da livre iniciativa. O bem-estar colectivo e o progresso do povo não podem ser subordinados a ideologias absolutas nem a privilégios intocáveis. Como as pessoas estão primeiro, o CDS-PP sabe que a Humanidade pode ser explorada tanto pelos interesses económicos desregulados como pelo

colectivismo uniformizado, inimigo das tradições e das instituições; o CDS-PP é contra as iniciativas totalitárias e redutoras da liberdade que caracterizam várias das minorias activistas contemporâneas.

**14. O CDS-PP E A DEFESA DO ESTADO SOCIAL -** O CDS-PP defende activamente o Estado Social, enquanto indispensável instrumento de coesão, que assegura um núcleo alargado de serviços e de prestações públicas destinados ao bem estar geral e à protecção dos menos afortunados. Sem esse mínimo irrecusável de dignidade humana, o CDS-PP entende que a própria liberdade perde sentido, e deixa de ser possível assegurar a igualdade de oportunidades e o progresso social. Em nome da preservação do Estado Social moderno, o CDS-PP afasta-se da visão exclusivamente liberal das causas da pobreza e reconhece os efeitos negativos das profundas desigualdades sociais; mas igualmente recusa os dogmatismos socialistas que desprezam o pragmatismo, a eficácia e a complementaridade, e que têm historicamente conduzido à degradação dos serviços públicos, com inaceitável prejuízo para o progresso social.

**15. UM ESTADO SOCIAL QUE GARANTE EFICAZMENTE A COESÃO E A CORREÇÃO DAS DESIGUALDADES -** Ao Estado compete especialmente assegurar com eficácia as funções de que depende a coesão social e a redução das desigualdades, à frente das quais surge a saúde, o acesso ao conhecimento e à formação e a segurança social. O CDS-PP acredita que, para lá da segurança social sustentável e das prestações estreitamente ligadas ao combate à pobreza, a coesão social depende hoje fundamentalmente da garantia do acesso de todos a serviços públicos de educação e de saúde com elevada qualidade e eficiência. O CDS-PP defende

um serviço nacional de saúde moderno e adequadamente financiado, liberto de preconceitos ideológicos e focado unicamente no interesse e na comodidade dos utentes, que preste cuidados de qualidade em articulação e complementaridade com os sistemas privado e social. O ensino público de excelência deve ser também um instrumento imprescindível da mobilidade social, gerido de forma descentralizada e autónoma, no respeito pelas opções educativas individuais e garantindo activamente a liberdade de consciência.

**16. UMA ECONOMIA LIVRE E AO SERVIÇO DO HOMEM, QUE PROMOVE A INICIATIVA PRIVADA EM NOME DO DESENVOLVIMENTO** - Para o CDS-PP, não é possível assegurar a prosperidade futura e a sustentabilidade do Estado Social sem uma economia livre, ao serviço do homem e com o homem por centro, cujas falhas sejam controladas por uma regulação independente e autónoma - uma economia assente no trabalho digno com salários justos, no empreendedorismo moderno, na inovação, na ciência e na tecnologia, com impostos moderados e baseados efectivamente na equidade. O CDS-PP defende um equilíbrio entre a liberdade económica e a protecção das pessoas, o qual exige a moderação do Estado, por um lado, e uma adequada compreensão da função social da propriedade, por outro lado, em nome do interesse geral e do bem comum.

**17. COMPROMISSO COM A LUSOFONIA, COM A NATO E COM A UNIÃO EUROPEIA** – Para o CDS-PP, Portugal deve, no plano internacional, aprofundar os seus compromissos com a Lusofonia, com a Aliança Atlântica e com a Europa, os quais decorrem diretamente da sua História e do seu posicionamento no Mundo. O CDS-PP defende, por isso, um envolvimento decidido com a CPLP, o alargamento e o fortalecimento da

NATO e o aperfeiçoamento institucional de uma União Europeia competitiva e justa, sabendo que essas são as condições essenciais para o progresso, para a Paz e para a segurança dos cidadãos europeus.

**18. SUPERAR O DÉFICE DEMOGRÁFICO, CUIDAR BEM DOS IDOSOS** – O CDS-PP está consciente da severidade do envelhecimento da sociedade portuguesa, que coloca desafios específicos e urgentes às políticas públicas, nomeadamente de trabalho, de segurança social e de saúde; o CDS-PP defende um reforço significativo do apoio público à valiosa rede de acolhimento de idosos e de prestação de cuidados continuados, assegurada por um setor social financeiramente estrangulado. O CDS-PP propõe um compromisso nacional, entre os partidos de Governo, que garanta a estabilidade das políticas de família e da imigração regulada, de modo a reverter um factor de declínio que ameaça o futuro da comunidade nacional.

**19. UM PACTO SOCIAL PELAS GERAÇÕES FUTURAS** - O CDS-PP sabe que, na sociedade portuguesa, subsistem graves problemas sociais, demográficos e de coesão territorial, que se ligam naturalmente a interesses conflituantes, e que tornam mais difícil a construção de uma sociedade multicultural, com respeito pela lei e pelos direitos humanos; mas acredita seriamente que o diálogo e a concertação podem dar lugar a um pacto social pelo progresso e pelo desenvolvimento, em nome da melhoria presente das condições de vida, em nome da sustentabilidade e da protecção das gerações futuras.

Lisboa, 9 de Setembro de 2023